

Bourdieu, Giddens e Elias: a superação do dilema micro/macro

Luiz Flávio Neubert ¹

RESUMO

Ao fim do século passado, o pensamento sociológico se viu em uma encruzilhada aparentemente intransponível: focar nas características estruturadas da vida social ou, por outro lado, reconhecer a capacidade criativa dos agentes ao lidar com o contexto social no qual se encontram. Os autores Anthony Giddens, Norbert Elias e Pierre Bourdieu são reconhecidos por se preocuparem especialmente com este dilema ligado à discussão sobre as dimensões micro e macro da vida social. Mais do que isso, eles tentaram ultrapassar esta divisão analítica e contribuíram, assim, para o desenvolvimento do pensamento sociológico no fim do século XX. Giddens é responsável por elaborar a chamada “teoria da estruturação” e Bourdieu e Elias utilizam, cada qual à sua maneira, o conceito de *habitus* adaptado ao espectro mais amplo do pensamento desenvolvido por cada um destes dois últimos. Este artigo traz estes principais conceitos dos autores, e as soluções teóricas por eles criadas, na medida em que é possível explorá-las aqui.

Palavras-chave: Teoria Social. Indivíduo. Sociedade.

Bourdieu, Giddens and Elias: beyond the micro/macro dilemma

ABSTRACT

In the last century, the sociological thought concentrated in a dilemma: focus on social life's structural features or, on the other side, recognize the agent's creativity and capacity to deal with social context. The authors Anthony Giddens, Norbert Elias and Pierre Bourdieu are well-known by their discussion about micro and macro dimensions of social life. More than this, all of them wanted to surpass this analytical division and contribute to the development of sociological thought in the end of the XX siglo. Giddens is responsible for the Structuration Theory, Bourdieu and Elias uses the *habitus* concept adapted to their approach. This article presents the main concepts from those authors and their theoretical solutions as soon as possible.

Key-word: Social Theory. Individual. Society.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O debate entre perspectivas micro e macrosociológicas

Um momento crucial, talvez o mais importante no último século de existência da sociologia, foi quando a obra *The structure of social action* [1937]², de autoria de Talcott Parsons, se tornou amplamente conhecida no período pós-guerra, consolidando uma nova fase da sociologia moderna (GIDDENS, 2003, p.XIII). Esta obra foi crucial não somente pelos seus próprios feitos, mas, também, pelo intenso debate que provocou contra si mesma e suas interpretações.

Contra a hegemonia do estrutural-funcionalismo parsoniano surgiu o movimento pós-estruturalista, com a característica de ser bipolarizado em duas perspectivas radicais que, por princípio, são inconciliáveis (ALEXANDER, 1987). Esse debate era alimentado por um quadro político, intelectual e cultural efervescente nos anos 60. A expansão do estado de bem-estar social, os movimentos estudantis, as lutas por direitos civis nos EUA e contra a Guerra-Fria, etc. marcaram o contexto histórico-social desse debate (SALLUM JR., 2005, p.19). Dessa forma, duas perspectivas inconciliáveis colidiram incessantemente ao longo da segunda metade do século XX. Por um lado, as escolas da micro teorização enfatizavam a contingência da vida social e a importância das negociações individuais. De outro lado, as escolas da macro teorização enfatizavam as estruturas coercitivas e determinantes, a seu ver, dos comportamentos individuais ou coletivos (ALEXANDER, 1987, p.5).

Não somente um balanço da disciplina foi realizado por Alvin Gouldner³ na década de 70, mas, também, tentativas de previsão do que ocorreria no futuro próximo fizeram parte de suas preocupações na ocasião (SALLUM JR., 2005, p.19-20). O funcionalismo era ainda uma corrente sociológica hegemônica no mundo ocidental apesar de já apresentar, àquela época, sinais de fragmentação. Como esta escola tinha uma visão sobre o mundo social que pressupunha

a auto regulação, o equilíbrio e a coesão moral entre as partes, as críticas repousaram, sobretudo, na pressuposição de que o agente é “supersocializado” – para usar o termo de Mark Granovetter (2007) – e sobre as dificuldades desta vertente em lidar com a questão da mudança social (SALLUM JR., 2005, p.20-1). Essas dificuldades, as quais se impuseram à escola dominante àquela época, abriram um grande espaço para o estabelecimento de escolas de micro teorização bastante marcadas pelo viés empiricista como, por exemplo, o behaviorismo social (George Homans), o interacionismo simbólico (Mead, Blumer e Goffman), a etnometodologia (Harold Garfinkel) e a fenomenologia (Alfred Schultz).

Em comum entre tais perspectivas em oposição, mas que tratam da mesma realidade objetiva (indivíduos em relação), porém, de maneiras diversas, existe uma questão central: o problema hobbesiano da ordem social (PIRES, 2007), o qual fora colocado em destaque na agenda da pesquisa sociológica de forma pioneira por Durkheim e, posteriormente, introduzida definitivamente na área por Parsons. Assim, uma situação ordinária, como uma conversa entre duas pessoas, poderia ser interpretada pela lente macro ou microsociológica da seguinte forma:

No primeiro caso, a padronização da vida social resultaria da seleção dos sentidos mais eficazes da acção que orientam racionalmente as escolhas feitas por agentes actuantes cognoscíveis, por um lado, e pelos efeitos complexos de agregação dos resultados dessas escolhas, por outro. No segundo caso, a padronização resultaria das negociações que, nas dinâmicas de interação, permitem fixar o sentido de actos que só são eficazes no plano comunicacional porque são relacionalmente orientados e, portanto, tendencialmente padronizados. (PIRES, 2007, p.18).

Contudo, as contradições internas a cada perspectiva, alimentadas pela unilateralidade de ambas, resultariam em um esgotamento do movimento pós-estruturalista (ALEXANDER, 1987). Abria-se, assim, uma nova oportunidade

2 PARSONS, Talcott. *The structure of social action: a study in social theory with especial reference to a group of recent european writers*. New York: McGraw-Hill Book, 1937.

3 GOULDNER, Alvin. *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Basic Books, 1970.

de organização interna para a sociologia. Por trás dessa oportunidade havia motivos intelectuais e institucionais para a nova situação. Os principais foram, dentre outros, a dissolução de grande parte dos movimentos sociais de cunho radical simultaneamente à ocorrência de um novo clima intelectual na sociologia, no qual havia a possibilidade, pela primeira vez, de uma revisão extensiva (ALEXANDER, 1987).

Na década de 80 os propositores de novos esquemas teóricos tinham em vista esforços no sentido de articular as dimensões da ação e da estrutura, na tentativa de frear o processo de fragmentação (ALEXANDER, 1987; SALLUM JR., 2005; GROSS, 1998), reconhecendo, assim, a importância de ambas as perspectivas micro e macro. Apesar de haver muitos desacordos fundamentais entre os proponentes, todos concordavam que as perspectivas micro e macro foram incapazes de fornecer, isoladamente, uma resposta contundente à crise da sociologia contemporânea.

Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias são figuras que se inserem no debate em questão de forma especial, pois todos atingiram um alto grau de notoriedade entre os sociólogos contemporâneos e, por isso mesmo, são referenciados em grande parte da produção recente. O restante deste texto é dedicado, portanto, a apresentar os conceitos fundamentais utilizados pelos mesmos na solução para o dilema entre as perspectivas micro e macro.

Pierre Bourdieu e o conceito de *habitus*

O ambiente intelectual no qual Bourdieu desenvolveu seu esquema teórico-conceitual era polarizado entre o estruturalismo de Lévi-Strauss e a concepção de Sartre sobre o poder criativo do ser humano (MATOS, 1997, p.19). Além destes, foram fortes as influências dos pensadores sociais clássicos como Karl Marx, Max Weber e Durkheim (MATOS, 1997, p.19), assim como de Saussure, Mauss e, talvez o menos lembrado deles, porém, o mais importante na elaboração do conceito de *habitus*, Jean Piaget (LIZARDO,

2004, p.376). Por causa desta última influência, Bourdieu é figura importante na linha de estudos sociológicos que se concentram na estrutura cognitiva produzida socialmente a qual, por sua vez, produz práticas e percepções de indivíduos e grupos (LIZARDO, 2004, p.394). Dessa forma, Bourdieu se propôs a refazer a dicotomia entre agência e estrutura combinando a dimensão cognitiva individual com a dimensão dos padrões sociais.

A análise proposta por Bourdieu tem em consideração que “as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista [...] são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações” (1990, p.152). Porém, em um segundo momento, “essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas” (1990, p.152). Neste sentido, as percepções dos agentes são apreendidas enquanto tal e relacionadas às suas respectivas posições na estrutura social. Contudo, os agentes, por sua vez, apresentam um entendimento ativo sobre a realidade que os cerca, apesar de Bourdieu reconhecer que essa operação se realiza sob coações estruturais (1990, p.157), pois as visões de mundo são sempre oriundas de um ponto específico do “espaço social”.

Para dar conta destas questões, Bourdieu introduziu o conceito de *habitus* em seu esquema teórico-conceitual. Segundo ele, esse conceito é importante por cumprir a função de relacionar as estruturas objetivas, ligadas ao contexto social passado do agente, e a autonomia do mesmo, resolvendo, dessa forma, uma das questões mais problemáticas da sociologia contemporânea. O *habitus* possui uma “lógica prática” que define a relação cotidiana do agente com o mundo que o cerca e é, também, uma condição para a produção de novas práticas⁴. Ele é importante, portanto, por afastar Bourdieu do estruturalismo e permiti-lo lidar com a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, servindo como elemento articulador entre a estrutura e as

4 Segundo Bourdieu, “[o] *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” [Grifos meus] (1990, p.158).

práticas de grupos e indivíduos (MATOS, 1997, p.21-2; PIRES, 2007, p.37).

Como as situações cotidianas também envolvem momentos de incerteza, o *habitus*, como esquema gerador de práticas e apreciação das práticas, deve ser plástico o suficiente para abrir espaço para a autonomia do agente. Essa necessidade deriva do fato de que nem todas as situações de interação que um indivíduo enfrenta cotidianamente são conhecidas previamente e que, por esse motivo, ele deve ser capaz de lidar com a imprevisibilidade (BOURDIEU, 1990, p.161). Ou seja, apesar de ser um mecanismo gerador de práticas incorporado pelo agente e, portanto, duradouro, ele apresenta a característica de ser flexível (MATOS, 1997, p.22), pois seu “sentido prático”

[...] possibilita a improvisação de práticas eficazes em uma infinidade de situações específicas e o ajustamento constante do comportamento na interação com os outros, sem escolhas deliberadas, que muitas vezes só complicariam a realização de resultados apreciados. (MONSMA, 2000, p.87).

O conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu deve muito à combinação única, realizada por Piaget, entre estruturalismo e o desenvolvimento cognitivo psicológico dos indivíduos (LIZARDO, 2004, p.376-7). O *habitus* não pode ser considerado um mecanismo determinista da ação justamente porque a concepção de “operações cognitivas” de Piaget não autoriza este rótulo (LIZARDO, 2004, p.391). Com base nesta definição, Bourdieu tem a liberdade de utilizar o conceito de *habitus* como equivalente a um mecanismo que não é atado a nenhum conteúdo em particular nem determinado por nenhum valor imperativo (LIZARDO, 2004, p. 391-2). Ele corresponde, isso sim, a uma matriz abstrata de produção de comportamentos e percepções, possuindo também como característica a flexibilidade.

Anthony Giddens e a Teoria da estruturação

A teoria social proposta por Giddens apresenta um forte compromisso explícito com a compreensão do mundo moderno e

seus desenvolvimentos mais recentes. Segundo Baber (1991), o esquema giddesiano contribuiu grandemente para a discussão entre as perspectivas deterministas e voluntaristas da ação, considerada como sofisticada em termos teóricos ao utilizar contribuições eruditas para promover uma articulação entre tais posições, a princípio, díspares. Talvez esse seja mesmo o traço mais forte da teoria social de Giddens, derivado de sua capacidade de misturar e combinar os elementos úteis de escolas diversas do pensamento sobre o comportamento humano (TURNER, 1986).

Em um projeto tão ambicioso quanto o de Talcott Parsons para compreender a ação humana (BABER, 1991) e sob forte influência da lingüística e da hermenêutica, Giddens foi capaz de reconstruir os conceitos sociológicos mais importantes (SICA, 1986). Segundo ele, sua teoria social é revestida de “interesses ontológicos”. Sua intenção se torna clara quando ele sugere “[...] àqueles que trabalham em teoria social que se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração de concepções de ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação social.” (GIDDENS, 2003, p.XXII).

Incluída nesta tarefa estava a tentativa de articulação entre os conceitos de estrutura e agência de forma inovadora. Por esse motivo, em sua discussão mais geral sobre a modernidade e suas ambivalências, Giddens introduziu a questão da *dualidade da estrutura* (ao invés do “dualismo”) (FRANZEN, 1992). O conceito de dualidade da estrutura se deve ao fato de Giddens reconhecer a importância de duas dimensões na análise sociológica: a dimensão sintagmática, relativa à “[...] padronização de relações sociais no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas localizadas [...]” (GIDDENS, 2003, p.20); e a dimensão paradigmática, a “[...] ordem virtual de “modos de estruturação” recursivamente implicados em tal reprodução.” (GIDDENS, 2003, p.20).

É importante observar, nesse sentido, que Giddens não reconhece que as práticas sociais apresentam “estrutura”, mas, sim, que elas exibem “propriedades estruturais”, pois a estrutura somente se revela nas práticas concretas,

através da exemplificação. As regras e recursos⁵ empregados nas práticas sociais cotidianas são reconhecidos como condição para realização dessas mesmas práticas no cotidiano. Mas, contudo, deve-se reconhecer que elas existem somente como resultado da sua atualização, ou seja, do seu emprego efetivo (GIDDENS, 2003, p.XXXV).

Assim, esta “ordem virtual” (estrutura ou conjunto de regras e recursos) está implicada *recursivamente* nas práticas dos agentes, as quais, por sua vez, são localizadas em determinados pontos do tempo e do espaço. A ordem virtual é, nesse sentido, simultaneamente condição para produção (inovação) e para a reprodução da vida social. Para cumprir este papel, a estrutura deve ser “acessada”, de forma contínua pelos agentes, em um processo baseado na “rotinização”. Segundo Giddens, as regras e recursos que compõem a estrutura social

[...] não são [criados] por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. *Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades* [grifo meu]. (2003, p.3).

É importante reconhecer, como faz Pires (2007), que o conceito de “estrutura”, segundo a definição giddesiana, não corresponde a uma realidade subjetiva derivada da estrutura externa, mas, sim, a uma dimensão das práticas reais. O conjunto de regras e recursos, os quais compõem a estrutura, possui efetividade somente na medida em que são introduzidos na consciência prática do agente. Ao acionar rotineiramente a ordem virtual da estrutura, os agentes conectam suas práticas de forma imediata à interação, mas, também, de forma abrangente no nível macro (PIRES, 2007). O que integra o indivíduo à sociedade, dessa forma, automaticamente explica o que integra a própria sociedade (ARCHER, 2010).

Além de ser imprescindível para a existência

da estrutura, a rotinização também é uma característica da vida social que é vital para o agente no que diz respeito aos mecanismos subjetivos. As rotinas, pelo seu caráter intrinsecamente repetitivo, geram um senso de confiança nas pessoas, mecanismo denominado “segurança ontológica”. A rotina é, portanto, elemento fundamental de contenção das tensões geradas a partir do inconsciente durante os períodos em que o agente se encontra “consciente” ou em vigília.

A “rotinização” das práticas também é responsável por criar no agente uma *consciência prática*, que convive com outro tipo, denominado por Giddens como *consciência discursiva*. Como a vida social é essencialmente prática, a primeira forma revela o conhecimento (do tipo *prático*, vale salientar) que o agente tem sobre o cotidiano e seus processos. A segunda forma, por seu turno, diz respeito à capacidade que os agentes possuem de, por meio da linguagem, falar sobre os contextos sociais de suas ações (GIDDENS, 2003, p.440). A primeira prevalece sobre a segunda, tanto em termos de ser gerada anteriormente na subjetividade do agente quanto de se revestir de maior importância relativa para a manutenção da vida social. Isso se deve ao fato de que os indivíduos não são obrigados a se referir o tempo todo, de forma discursiva, às práticas que realizam. Somente o fazem quando são impelidos a tanto. Porém, deve-se reconhecer que há um abismo grande entre o que se faz e as justificativas que a consciência deve elaborar sobre o que se faz quando é instigada a isso. Nesse processo de justificação verbal das práticas, a coerência não é um traço obrigatório, revelando em Giddens a herança psicanalítica, dentre outras, no seu esquema teórico.

Segundo Sica (1986), essa ênfase de Giddens no aparato cognitivo do agente obrigou-o a separar os conteúdos mentais entre discursivos, práticos e inconscientes. Tal estratificação dos conteúdos mentais, por sua vez, deriva de um importante esforço realizado por Giddens de combinar as contribuições provenientes das

5 Regras: “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais.” (GIDDENS, 2003, p.25); Recursos: podem ser do tipo impositivos (derivam da coordenação das atividades dos agentes) ou alocativos (controle sobre recursos do mundo material e social) (GIDDENS, 2003, p.25).

escolas fenomenológica e etnometodológica (TURNER, 1986). Assim, a rotinização das práticas no tempo e no espaço, portanto, a *reprodução* da vida social, mas, também, sua produção, ambas dependem de uma noção muito valorizada na teoria giddesiana⁶: a *reflexividade*. Tal propriedade se deve à capacidade do agente de compreender suas próprias ações no momento mesmo em que as realiza.⁷ É um forte indício, também, de que a consciência prática do agente prevalece sobre a consciência discursiva e o inconsciente (GIDDENS, 2003, p.3). A vida social depende de tal propriedade, como sugere Giddens: “[a] continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente ‘as mesmas’ através do espaço e do tempo.” (2003, p.3).

Por fim, é necessário ressaltar outra preocupação de Giddens na elaboração de seu esquema teórico-conceitual. Ao introduzir as dimensões do tempo e do espaço para entender as práticas sociais, Giddens (1991), segundo ele mesmo, se distancia da abordagem sociológica clássica que não foi capaz de reconhecer, nas sociedades modernas, a dupla natureza da “integração” ou, para usar um termo antigo, da ordem social. Corresponde à distinção entre *integração social* e *integração sistêmica* (GIDDENS, 2003). A primeira diz respeito aos vínculos sociais que o agente desenvolve na interação de co-presença, que se faz mediada pelo corpo e que foi distintamente analisada por Ervin Goffman⁸. A segunda diz respeito à interação com os ausentes (na maior parte das vezes, anônimos), os quais se encontram distantes seja no tempo ou no espaço. Essa forma de integração, qual seja, a sistêmica, se dá, por sua vez, através das fichas simbólicas (ex. dinheiro) e dos sistemas peritos (ex. conhecimento técnico e científico).

Em síntese, pode-se dizer que, para Giddens, a sociedade corresponde a um contínuo fluxo de condutas que tendem a reproduzir ou produzir um mundo social potencialmente plástico. A teoria

da estruturação, portanto, deve ser reconhecida como uma teoria que analisa “processos” e não “produtos”, pois não denota fixidez, durabilidade ou alguma fase do desenvolvimento histórico (ARCHER, 2010).

Muitas críticas se voltaram contra esta proposta de síntese tão abrangente e pretensiosa. Algumas delas valem a pena ser citadas aqui, como, por exemplo, a afirmação de Baber (1991) de que Giddens elaborou, em verdade, uma concepção *a priori* e não-histórica da ação. Apesar das diferenças marcantes e da superioridade com relação ao trabalho de Parsons, ambos são semelhantes no que diz respeito às abordagens teóricas: elaboraram um grande arcabouço de conceitos, porém, faltaram esforços no sentido de gerar proposições empiricamente testáveis. A explicação de um fenômeno, nesse caso, é uma questão de interpretar fatos empíricos com base no esquema de Giddens. (TURNER, 1986).

Outras críticas importantes se devem à definição de estrutura utilizada por Giddens, o qual teria empobrecido o conceito ao empregá-lo como uma ordem virtual (BABER, 1991). Nesse sentido, a definição de Giddens se aproximaria muito da definição utilizada pela lingüística de Saussure. Esta, por sua vez, não é adequada para o entendimento da estrutura social, pois raramente esta última se encontra tão bem organizada como a linguagem. Isso se deve ao fato de que as práticas sociais operam sob coerções sociais e materiais que são qualitativamente diferentes do ato de falar e de escrever (BABER, 1991).

Outra intérprete e crítica da teoria social giddesiana, Margareth Archer (2010) pontua questões problemáticas na articulação entre agência e estrutura promovida por Giddens, quais sejam:

a) *reconhecimento insuficiente da dimensão da temporalidade*: a teoria da estruturação, segundo Giddens, diz respeito tanto às práticas sociais recorrentes quanto à geração de novas práticas. Não há uma ferramenta analítica,

6 É importante dizer que ela também opera no plano institucional e é profundamente ligada a condições históricas e sociais. Na modernidade, a reflexividade toma contornos únicos, como discutido extensivamente por Giddens (1991).

7 “Caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social” (Giddens, 2003, p.3)

8 GOFFMAN, Ervin. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2009.

segundo Archer, que possibilite prever em que circunstâncias um ou outro caminho é tomado. Por esse motivo Giddens falha ao não dizer quando a ação toma traços mais voluntaristas (hiperatividade) ou determinísticos (rotinização);

b) *combinação ilegítima entre a ordem social e a sistêmica*: a teoria de Giddens impede a interpretação de que a sociedade é composta por grupos em tensão entre si ao desmembrar as duas ordens.

Como Giddens não é claro sobre a relação entre produção (mudança) e reprodução (rotinização), ele pende para um dos lados quando é obrigado a analisar determinados fenômenos. Por esse motivo, a relação entre estrutura e agência não pode ser examinada à luz da temporalidade, que seria o termo unificador das duas dimensões segundo a crítica de Archer (2010). Assim, Giddens não é capaz de perceber que estrutura e ação funcionam em diferentes intervalos de tempo. Stones (2001) concorda com esta crítica de Archer, qual seja, de que a teoria da estruturação negligencia a temporalidade envolvida na sequência de relações entre estrutura e agência na produção e reprodução da sociedade. Porém, não concorda totalmente com a crítica de Archer de que a teoria da estruturação não dá atenção devida à dimensão da temporalidade, mais especificamente, entre condições preexistentes e resultados posteriores.

Uma última crítica diz respeito ao sucesso do empreendimento de Giddens. Para Baber (1991) sua síntese não é capaz de resolver a tensão entre determinismo e voluntarismo. Segundo ele, a consideração de Giddens sobre a ação humana é claramente herdada da perspectiva voluntarista ao enfatizar que a estrutura não só constrange, mas, também, facilita a ação. Por causa disso, Giddens se vê obrigado a exagerar a capacidade de improvisação dos agentes. Esse problema se deve à forma pela qual Giddens define o conceito de estrutura. Se as estruturas existem somente como atualização das práticas sociais localizadas no tempo e no espaço, elas são irrelevantes para ações específicas. Giddens não consegue, portanto, reconstruir a relação entre estrutura e agência, mas, antes disso, ele enfraquece a importância da dimensão estrutural e valoriza o

agente, segundo esta crítica.

Norbert Elias e o conceito de *configurações*

Assim como Bourdieu e Giddens, Elias elaborou um esquema teórico que pretensamente resolveria a tensão presente na dicotomia entre ação e estrutura; segundo as palavras deste último, a dicotomia “indivíduo e sociedade”. As perspectivas sociológicas, seja a clássica ou a contemporânea, são para Elias fundamentalmente “essencialistas” porque suas abordagens se baseavam em reificações dos conceitos de “indivíduo”, por um lado, e de “sociedade” de outro (QUINTANEIRO, 2004, p.55-6). Evitando-se a ambiguidade devida ao uso de determinados termos, é possível, segundo a crença de Elias, entender a verdadeira natureza da vida em sociedade constituída, inevitavelmente, a partir das relações que são estabelecidas entre indivíduos.

O estruturalismo e o funcionalismo foram incapazes de entender corretamente esta natureza. Segundo Elias, para estas perspectivas “a sociedade é entendida, quer como mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais, quer como objeto que existe para além dos indivíduos e não é passível de maior explicação.” (ELIAS, 1994, p.7). Por seu turno, o individualismo metodológico também é falho ao conceber o “ser humano singular como se fora uma entidade existindo em completo isolamento” (ELIAS, 1994, p.7).

Tal polarização deveria ser substituída por algum um tipo de articulação que fosse capaz de dar conta do fato de que “[...] os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, em sociedade.” (ELIAS, 1994, p.8). Nesse sentido, a sociologia relacional propõe o abandono do substancialismo e o substitui pelo pensamento “em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994, p.25).

Para Waizbort (1999), esta abordagem proposta por Elias não é uma novidade e já poderia ser encontrada nos escritos de Georg Simmel sobre sociologia. Elias teria herdado de Simmel as noções de que o “todo social” é sempre relacional e que está, em qualquer momento, em processo contínuo de formação, em constante fluxo. Dentre outras heranças intelectuais de

Elias, destacam-se Karl Marx e Max Weber e o historicismo alemão, a tradição interacionista através de Herbert Blumer e Ervin Goffman, assim como a tradição francesa, da qual descenderia também a abordagem bourdesiana (QUILLEY, LOYAL, 2005, p.812).

Com base em sua herança intelectual, Elias propõe que a tarefa da sociologia seria construir modelos de *figuração*, que teriam uma base de referência empírica. Este conceito (*figuração* ou *configuração*) apareceu pela primeira vez na obra elisiana em *A sociedade de corte* [1933]⁹ (QUINTANEIRO, 2004). Este último, somado ao conceito de *habitus*, conformam o núcleo do pensamento relacional de Elias (QUILLEY e LOYAL, 2005, p.812). Pode-se dizer, de forma breve e elucidativa, que

A teoria figuracional e dos processos [...] dedica-se ao entendimento das estruturas que seres humanos mutuamente dependentes estabelecem e das transformações que sofrem, tanto individualmente quanto em grupos, devido ao aumento ou à redução de suas interdependências e de seus gradientes de poder. Portanto, em lugar de analisar as condutas de indivíduos isolados [...], a sociologia figuracional e dos processos dedica-se à compreensão de teias de posições sociais. (QUINTANEIRO, 2004, p.57).

Elias lança mão de uma concepção de ser humano como basicamente orientado para os outros (*homines aperti*), em contraposição à concepção do indivíduo isolado (*homo clausus*) (QUINTANEIRO, 2004, p.58). Com base na primeira concepção, Elias é capaz de conceber a sociedade como um emaranhado de relações de interdependência entre indivíduos que cumprem funções diferenciadas. Ele resume da seguinte forma:

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos [...] precisam vincular-se

ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. [...] E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos de *sociedade*. (ELIAS, 1994, p.23).

Os indivíduos ou grupos que compõem uma dada configuração são dependentes entre si porque cada qual responde pelas necessidades (carências) dos outros e vice-versa. (QUINTANEIRO, 2004, p.59). O poder é consequência do fato de que o controle dos recursos é desigual entre as partes (ELIAS, 1993, p.144), o que produz relações de “subordinação” e de “superordenação” (QUINTANEIRO, 2004).

Voltando à concepção elisiana de sociedade, o fato da cadeia de interdependência ser percebida pelos indivíduos como algo “externo” a eles, apesar de ser produto das ações dos mesmos, é um ponto importante a ser observado. Principalmente nas sociedades modernas, nas quais a cadeia de interdependência é longa, os indivíduos são ainda menos capazes de perceber a vasta gama de relações da qual fazem parte (QUINTANEIRO, 2004, p.58,65). A sociedade, dessa forma, pode ser compreendida como o resultado das diversas interações que um indivíduo promove com outros vários indivíduos, conhecidos ou desconhecidos.

Nestas interações, certos padrões sociais são incorporados à personalidade do indivíduo, produzindo o autocontrole sobre o comportamento, resultante de um processo de internalização¹⁰ e “naturalização”¹¹ de padrões sociais. Para se referir à dimensão subjetiva da ação, Elias, assim como Bourdieu, lança mão do conceito de *habitus* como resultado da incorporação de um mecanismo de geração de práticas e de interpretação das próprias práticas. Segundo Elias, *habitus* pode ser definido como

O repertório completo de padrões sociais de auto-regulação que o indivíduo tem que desenvolver

9 ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: uma investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

10 Isso ocorre via processos de socialização, salientando a importância da modelagem do comportamento infantil para formação do indivíduo adulto.

11 Para os indivíduos envolvidos, os padrões sociais podem se apresentar como traços pessoais depois que são incorporados.

dentro de si, ao crescer e se transformar em um indivíduo único, é específico de cada geração e, por conseguinte, num sentido mais amplo, específico de cada sociedade. (ELIAS, 1994, p.8).

Apesar de ser uma proposta bem distante do funcionalismo e do estruturalismo, a configuração na acepção de Elias se impõem sobre o indivíduo de forma implacável. Os indivíduos, apesar de serem reconhecidamente distintos uns dos outros em termos de composição genética e, principalmente, em suas histórias de vida (ELIAS, 1994, 27), estão submetidos a certas determinações que escapam à sua escolha e à sua consciência. Mesmo nas sociedades modernas, nas quais o individualismo como fenômeno moral é proeminente (ELIAS, 1994, p.9), o indivíduo passa pelo processo de sua própria vida sob restrições as mais diversas e relativas.

A citação reproduzida abaixo deixa claro o modo como as configurações são determinantes, das maneiras mais diversas, sobre a vida dos indivíduos, mesmo entre aqueles que vivem isolados dos demais. Diz Elias que

[a] ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. [...] Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e situações dos seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. Também isso, esse passado, está diretamente presente em cada uma das pessoas que se movem apressadamente no bulício da cidade. É possível que o indivíduo não conheça ninguém nesse burburinho; mas, em algum lugar, ele tem pessoas a quem conhece, amigos de confiança ou inimigos, uma família, um círculo de relações a que pertence, ou, caso agora esteja só, tem conhecidos perdidos ou mortos que vivem apenas em sua memória (Elias, 1994, p.21).

Considerações Finais

O que há em comum entre os três sociólogos é a perspectiva de que existe uma estrutura externa ao indivíduo, a qual produz uma estrutura internalizada, imprescindível para a formação de um indivíduo competente para vida social. Pires

(2007) detecta os fundamentos desta abordagem na concepção durkheimiana – ambígua, diga-se de passagem – de “estrutura”. Durkheim teria utilizado o conceito de estrutura em dois sentidos: como estrutura externa, que exerce coação sobre a ação; e como estrutura internalizada. Dessa forma, “[...] a estrutura internalizada ordena socialmente ordenando generativamente a ação.” (PIRES, 2007, p.36). Dessa forma, esta perspectiva é obrigada a reconhecer a existência prévia da estrutura externa, pois a ação é sempre estruturada e depende, por sua vez, da estrutura internalizada. Apesar de Pires (2007) tecer seus comentários sobre Bourdieu e Giddens, também é possível enquadrar Elias nesta interpretação.

Assim, Elias é capaz de demonstrar como a relação entre indivíduos gera algo como a “sociedade”, de forma aproximada à de Bourdieu, ou seja, com base na articulação entre a dimensão subjetiva e os padrões sociais. Para tanto, ambos fazem uso do conceito de *habitus*, o qual, por sua vez, não é um mecanismo abstrato, pois depende da posição que o indivíduo ocupa na trama da vida social. Giddens também reconhece a importância dos processos de incorporação subjetiva da estrutura social, como afirma Pires (2007), ao postular como núcleo gerador de práticas a noção de rotinização, a qual, por sua vez, está ligada ao mecanismo psicológico da segurança ontológica.

Contudo, há diferenças básicas entre os três, as quais não autorizam considerá-los como proponentes de uma mesma solução. Apesar de serem todos revisionistas, os três sociólogos em questão não conseguiram amenizar de forma contundente a fragmentação interna que permeia a produção sociológica do século XX (Alexander, 1987; Pires, 2007). Ainda segundo Pires, “[...] aumentou em vez de diminuir a hiperdiferenciação teórica, regressando tendências para a balcanização e frustrando-se parcialmente as expectativas criadas por esse movimento.” (2007, p.13).

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.4, v.2, Jun. 1987.

- ARCHER, Margareth S. Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action. *The British Journal of Sociology*, v.61, Jan. 2010.
- BABER, Zaheer. Beyond the structure/agency dualism: an evaluation of Giddens' Theory of Structuration. *Sociological Inquiry*, n.2, v.61, May. 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1990.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.
- FRANZEN, Mats. Anthony Giddens and his critics. *Acta Sociologica*, v.35, p.151-155, Apr. 1992.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GRANOVETTER, Mark. "Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão". *RAE-electronica*, v.6, n.1, jan.-jun. 2007.
- LIZARDO, Omar. The cognitive origins of Bourdieu's *habitus*. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v.34, p.375-401, Dec. 2004.
- MATOS, Marlise. Pierre Bourdieu e o gênero: possibilidades e críticas. *Série Estudos/94*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.03-49, Set.1997.
- MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n.43, Jun. 2000.
- PIRES, Rui Pena. Árvores conceituais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 53, p. 11-50, Jan. 2007.
- QUINTANEIRO, Tânia. O conceito de figuração ou configuração na sociologia de Norbert Elias. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n.12.1, Jan.-Jun. 2004.
- QUILLEY, Stephen. LOYAL, Steven. Eliasian sociology as a 'central theory' for the human sciences. *Current Sociology*, v.53, n.5, p.807-828, Set. 2005.
- SALLUM JR., Brasílio. O futuro das ciências sociais: a sociologia em questão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.48, p. 19-26, 2005.
- SICA, Alan. Locating the 17th Book of Giddens. *Contemporary Sociology*, v.15, n.3, p. 344-346, May. 1986.
- STONES, Rob. Refusing the realism-structuration divide. *European Journal of Social Theory*, v.4, n.2, p.177-197, May. 2001.
- TURNER, Jonathan. The Theory of Structuration. *The American Journal of Sociology*, v.91, n.4, p. 969-977, Jan. 1986.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In:_____. (Org.). Dossiê Norbert Elias. São Paulo: Editora da Universidade de São, 1999.